

Entremilênios além do progressismo

Vinte anos da revista *Lugar Comum*

A primeira edição da revista *Lugar Comum* – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia – foi publicada no Rio de Janeiro, em março de 1997. Passaram-se vinte anos¹. A *Lugar Comum* inaugurava então o seu projeto contando com cinco seções, além do editorial e das resenhas de publicações abertas a colaboradores: desde *Conjuntura* até *Navegações*, passando pela *Cultura*, *Ciberespaço* e relações entre *Corpo & sexualidade*. Além das produções de jovens intelectuais brasileiros, – para citar, entre outros: Karl Erik Schollhammer, Micael Hershmann, Beatriz Jaguaribe, Alexandre do Nascimento, Gerardo Silva, Leonora Corsini, Bruno Cava, Alexandre Mendes, Barbara Szaniecki, Peter Pál Pelbart, Mauricio Lissowsky, Fabricio Toledo – a revista divulgou trabalhos de autores internacionais, na época poucos conhecidos por aqui: Michael Hardt, Giorgio Agamben, Yann Moulier Boutang, Antonio Negri, Maurizio Lazzarato, Richard Stallmann, Carlo Vercellone, Judith Revel, Gigi Roggero, Sandro Mezzadra, Matteo Pasquinelli, Carlos Henrique Restrepo, Anna Curcio, Rosana Reguillo, Christian Marazzi, André Gorz, Harry Cleaver, Thierry Baudouin, Joaquin Herrera Flores, Paolo Virno, entre outros.

Melting pot

Podemos assim dizer que esta revista introduziu no Brasil uma série de debates inovadores: sobre as transformações da globalização no século 21, – a matriz de análise do *Império*², o ciclo alterglobalização de lutas marcado pelo zapatismo e pelos movimentos de Seattle e Gênova, o globalismo dos Fóruns Sociais Mundiais e as tensões entre governos e movimentos, – sobre o funcionamento flexível, movente e pós-estrutural do capitalismo contemporâneo, – as suas externalidades negativas e positivas,

¹ A Revista, inicialmente, contou com o apoio entusiasta do Professor Carlos Alberto Messeder Pereira, decano do CFCH da UFRJ e do âmbito institucional do Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação (NEPCOM) do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação (PPGCOM) da UFRJ. O coletivo editorial era composto por Carlos Alberto Messeder Pereira, Elizabeth Rondelli, Karl Erik Schollhammer, Micael Hershmann e Giuseppe Cocco. O design da capa foi de Barbara Szaniecki e se tornará uma das marcas da proposta editorial, até hoje.

² Michael Hardt e Toni Negri, *Empire*, Nova Iorque: Harvard Un. Press, 2000.

a lógica do valor no capitalismo cognitivo, a hegemonia social do trabalho imaterial, as novas formas de exploração com a financeirização geral da vida e captura maquínica da atenção (*cérebros at work!*), – sobre as relações dinâmicas entre estado, direito, violência e vida, – a noção de “campo” em Agamben³ e Negri, o biopoder no entrecruzamento das resistências biopolíticas, as polivalências da mestiçagem (como no conceito de *métissage*, de Édouard Glissant⁴), a guerra como modulação dos fluxos de força produtiva e migração, os direitos humanos e a criação dos direitos, – sobre os aceleracionismos, sobre cidades, revolução urbana, metrópoles e produção do espaço e sem esquecer os dossiês monográficos, a partir do *Anti-Édipo*, de Gilles Deleuze e Felix Guattari⁵, sobre a obra de Michel Foucault, do jurista espanhol José Herrera Flores. Os aportes internacionais serviram de ingredientes para um banquete antropofágico de produções no Brasil, um crisol para novas abordagens de pesquisa, inovações metodológicas, hipóteses-máquinas, conceitos-motores, problemas-dínamos colocados em movimento por inquietações locais e globais, impulsos nacionais e transnacionais, de movimento ou institucionais, questões teóricas e práticas, focos acadêmicos e militantes, entre a ciência social e a antropologia, entre saberes menores e a história da filosofia, a estética da multidão e a micropolítica, a arte e a cultura, entre devir-pobre e devir-índio, entre devir-Brasil do mundo e devir-mundo do Brasil⁶. Em conclusão, um agir comum e um pensar povoado, proteiforme, segundo um continuum de invenção no qual as singularidades transitam sem uma forma fechada, contornos definitivos ou substâncias facilmente rotuláveis – *a medio raggio*, para falar como o operaísta italiano Romano Alquati.

As três grandes fases da revista

Ao longo dos vinte anos e dos 50 números, a Revista continuou ousando na forma e no conteúdo, passando também por inflexões e rupturas em suas linhas temáticas, teórico-políticas e estéticas. Podemos resumir esse vasto trabalho em três grandes fases, cada uma correspondendo a uma tônica ou variação editorial. Traçamos o recorte de periodização da seguinte maneira: a primeira fase corresponde ao período de

³ Giorgio Agamben, *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

⁴ Édouard Glissant, *Le Discours antillais*, Paris: Gallimard, 1981.

⁵ Gilles Deleuze e Felix Guattari, *L'Anti-Oedipe; capitalismo et schizophrénie*. Paris: Minuit, 1972.

⁶ Antonio Negri e Giuseppe Cocco, *Glob(AL)*, biopoder na América Latina globalizada. Rio de Janeiro: Record, 2005.

1997-2003, uma segunda fase entre 2004 e 2010 e a última que vem desde 2011 até hoje, sendo que da edição n.º 44 (maio de 2015) em diante a revista contou apenas com a versão *online*.

A primeira fase abriu um horizonte de reflexão política e teórica com o fito de interagir com os aportes críticos internos à viragem ao pós-moderno (no plano filosófico), pós-industrial (no plano econômico) e pós-fordista (no da sociologia do trabalho), rastreando prospectivamente por subjetividades *dentro e contra* à nova configuração capitalista da globalização. Isto é, na perquirição pela subjetividade *imane*nte e *antagonista*, depois da queda do muro de Berlim e do esfacelamento da geopolítica da Guerra Fria. Nesse desvio mínimo entre imanência e ruptura, em meio à produção de subjetividade do trabalho vivo, entre o *já está* e o *ainda não*, respiraram os nossos problemas.

A segunda fase acompanha a emergência do “Laboratório Sul-Americano” como terreno privilegiado para a pesquisa das tendências constituintes dentro e contra. Em particular, no longo ciclo do zapatismo deflagrado com a insurreição local e global em Chiapas, 1994, ao que se seguiram as ruas conflagradas, *los piqueteros* e os painelaços do levante argentino de 2001 (lembrado pelo grito *que se vayan todos*), as lutas populares dos bens comuns pela água e pelo gás na Bolívia (2000 e 2003), a *rebelión de los forajidos* no Equador (2005), e a instauração dos novos governos ditos progressistas, cujo declínio se iniciou no começo da década seguinte e terminou no esgotamento e finalmente desmoronamento, a partir de 2015. Nessa fase, a Lugar Comum passou a ser produzida pelo *Laboratório Território e Comunicação* (LABTeC-PGCOM-UFRJ) e pela *Rede Universidade Nômade* (a quem foi dedicada uma nova seção na revista) e a estratégia editorial – para o bem e para o mal – passou a apostar na existência de brechas e oportunidades que o momento progressista dos governos no continente, – em particular com o chamado “lulismo” brasileiro, que articulou programas sociais e a potência dos pobres, – parecia fender em relação ao bloco de biopoder que governa a região desde sua gênese no colonialismo e no capitalismo. Tais fissuras, reconhecíamos, nunca deixaram de ser minoritárias e diagonais, porém, mesmo assim, o fato é que possibilitaram a passagem de jatos de trabalho vivo e produção de subjetividade, a alta pressão, elevando o barômetro da composição de lutas e de classe a índices inéditos, como que ativando o paradoxal *positivo* da pobreza – num país em que ela sempre foi mantida confinada ou subsumida pelos dispositivos de controle.

De 2011 até hoje, em sua terceira e corrente fase, a revista abraçou o seu próprio o êxodo, libertando-se progressivamente das âncoras que, menos do que conjuntos de ligações com as subjetividades antagonistas, provocavam a um anquilosamento do agir comum e do pensar. Seu primeiro sintoma foi a denúncia do fechamento das citadas brechas, especialmente quando ficou clara a linha estratégica do progressismo latino-americano para as possibilidades abertas pela crise dos *subprimes*, com o aprofundamento do aparelho dual de neodesenvolvimentismo e neoliberalismo, seguida da transformação do Rio de Janeiro no laboratório das novas tecnologias de poder (a seguir nacionalizadas) e o avanço do agrobusiness e da mineração como ponta-de-lança das políticas estratégicas. Tudo isso atingiu o ápice, tornando o ar do governismo brasileiro irrespirável, com o primeiro mandato de Dilma Rousseff no governo federal, o signo central de um fechamento. Dilma encerra em sua pessoa pública a dimensão unilateral, autoritária e monovalente, que exprime escolhas conscientes e estratégicas do governo e do partido, e que terminou por arrastar os sedimentos virtuosos e conquistas dos anos anteriores à vala comum do biopoder. Para não afundar junto com o navio do lulismo, a revista traçou várias linhas de fuga que, de edição em edição, conduziu-nos ao terreno da invenção radical, atrás de novos possíveis e encetando outros panoramas conceituais e metodológicos. O levante de Junho de 2013 no Brasil foi, afinal, decisivo para acelerar esse processo, pois dotou a pesquisa da carne das lutas e a livrou-nos de quaisquer amarras que anteriormente pesavam contra seus sobrevoos por outras realidades. No fundo, os textos publicados na Lugar Comum já sinalizavam a afluência de novas forças globais e locais que poderiam ressoar naquele evento de grandes proporções. Em certa medida, lateralmente, a produção teórico-política da revista participou do levante em sua gênese de movimentos e tempos, ou como diria Mario Tronti, “não o previmos, mas ajudamos a organizar.”